

Recurso em Sentido Estrito nº: 0004664-41.2014.8.17.0000 (0334447-4)

Comarca Origem: Itapissuma – Vara Única

Recorrente: Samuel Dionízio dos Santos

Recorrido: Ministério Público de Pernambuco

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE LINGUAGEM. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A materialidade do crime de homicídio está comprovada pela perícia tanatoscópica de fls. 14, pelas fotos de fls. 15/16, pela certidão de óbito de fls. 17 e pelo exame em local de homicídio de fls. 18/29.
2. Não há o excesso de linguagem aludido pelo recorrente pelo fato do magistrado ter afirmado que a culpa restaria "consubstanciada nos testemunhos colhidos em juízo, sendo que algumas testemunhas foram presenciais". Na verdade, o magistrado afirmou que os depoimentos das testemunhas demonstram os indícios da autoria e não a sua certeza. O MM Juiz *a quo* utilizou-se dos termos adequados, sem incidir no denominado excesso de linguagem, limitando-se a ressaltar os elementos de convicção necessários para demonstrar a presença dos indícios da autoria, sem que a sua decisão possa influenciar, de qualquer modo, o posicionamento ulterior do Conselho de Sentença, hipótese em que não há que se falar em nulidade da pronúncia.
3. O único equívoco da decisão é a afirmação de que há testemunhas presenciais, pois todas elas, ouvidas em juízo, ouviram falar sobre o crime e a autoria sem presenciá-lo. Inobstante, apesar de não ter havido testemunhas presenciais, há indícios suficientes da autoria.
4. Embora algumas testemunhas tenham afirmado que o réu era "querido" na comunidade, inclusive porque era "matador de

ladrão", verifica-se que ele era também temido, tanto que a testemunha Leandro do Nascimento Belo, após dizer que o réu é admirado na comunidade, afirmou que saiu da cidade e só retornou depois que o réu foi preso, porque este pensou que sua companheira estava tendo um relacionamento com a referida testemunha. Além disso, mudou seu depoimento prestado na fase inquisitorial quando ouvido em juízo. Durante o inquérito, afirmou que ficou sabendo através de uma ligação telefônica que o acusado praticou o homicídio narrado na denúncia, o qual teria sido encomendado por uma pessoa de apelido "Bom e Barato".

5. O seu primeiro testemunho, aliado a outros elementos de prova, notadamente a confissão levada a efeito pelo réu também na fase inquisitorial e os depoimentos das testemunhas prestados em juízo, que afirmaram terem ouvido dizer que foi o réu o autor do crime, são suficientes para demonstrar a presença de indícios da autoria.
6. É cediço que, tratando-se de crime de competência do Tribunal do Júri, é este que deverá avaliar a veracidade ou não dos depoimentos prestados nos autos.
7. É bem verdade que a autoria não é certa, entretantes, há indícios suficientes de que o recorrente participou do crime de homicídio descrito na denúncia e não se pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do in dubio pro societate, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri.
8. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso em sentido estrito nº 334447-4, em que figuram, como recorrente, Samuel Dionízio dos Santos e, como recorrido, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 18 de junho de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

156
9

Recurso em Sentido Estrito nº: 0004664-41.2014.8.17.0000 (0334447-4)

Comarca Origem: Itapissuma – Vara Única

Recorrente: **Samuel Dionízio dos Santos**

Recorrido: Ministério Público de Pernambuco

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto por Samuel Dionízio dos Santos contra a decisão de pronúncia proferida pelo juízo da Vara Única da Comarca de Itapissuma que o pronunciou, determinando o seu julgamento pelo conselho de sentença, pela prática do crime de homicídio simples contra a vítima Ednaldo Ramos Cordeiro.

Em suas razões recursais, alega o recorrente, em resumo, que há nulidade da sentença de pronúncia por excesso de linguagem e, no mérito, que não há indícios da autoria, não devendo ser aplicado, no caso dos autos, o princípio *in dubio pro societate*.

Contrarrazões às fls. 129/133, pugnando pela manutenção da decisão de pronúncia.

Através da decisão de fls. 136, o MM Juiz a quo manteve a pronúncia.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 151/153, opinando pelo improvimento do recurso.

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 30 de maio de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0004664-41.2014.8.17.0000 (0334447-4)
Comarca Origem: Itapissuma – Vara Única
Recorrente: Samuel Dionízio dos Santos
Recorrido: Ministério Público de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Narra a denúncia, *in verbis*, que:

"No dia 02 de janeiro de 2007, (...) o denunciado SAMUEL DIONÍZIO DOS SANTOS, ceifou a vida da vítima Ednaldo Ramos Cordeiros, conhecido por 'Pua', vindo este a falecer por ferimentos penetrantes na cabeça produzidos por instrumento perfuro-contundente (...).

(...) no dia anterior a vítima teria participado de um roubo na companhia de Carlos Souza dos Santos (v. 'Lendia', hoje falecido), Emerson da Silva Cunha (v. 'Cobra') e Aguinaldo Conceição da Silva (v. 'Guito'), tendo na noite daquele mesmo dia, ido ao Bar do Doutor, na companhia de 'Cobra' e 'Lendia', no qual ficou bebendo até altas horas da madrugada do dia do fato.

Após sair do referido bar, quando a vítima se encontrava num abrigo de parada de ônibus em frente à Farmácia Itapissuma, localizada na Rua Frei Serafim, foi abordada pelo denunciado, o qual efetuou dois tiros de arma de fogo na sua cabeça. (...)

(...) o móvel do crime teria sido o fato de o denunciado estar sendo ameaçado de morte pela vítima, 'Pé de bicho' e 'Lendia'".

A materialidade do crime de homicídio está comprovada pela perícia tanatoscópica de fls. 14, pelas fotos de fls. 15/16, pela certidão de óbito de fls. 17 e pelo exame em local de homicídio de fls. 18/29.

Quanto à autoria, o réu a confessou na fase inquisitorial (fls. 55).

Quanto à prova testemunhal produzida em juízo tem-se o seguinte:

M

- a) Aguinaldo Conceição da Silva (fls. 98): não presenciou os fatos; ouviu falar através de uma pessoa de apelido "Carlotinho" que foi o réu o autor do crime narrado na denúncia; que o réu é conhecido como sendo "matador de ladrão";
- b) Paulo José da Silva (fls. 100): também não presenciou os fatos; negou que disse na delegacia que ouviu comentários de que o réu praticou o homicídio;
- c) Emerson da Silva Cunha (Cobra) (fls. 107)): não presenciou o crime; ouviu dizer na cadeia que o réu foi o autor do delito, o qual teria sido ameaçado de morte por ela; que a vítima era maloqueira, desordeira e praticava pequenos furtos; que soube que o réu praticava homicídios contra ex-presidiários para preservar sua comunidade;

As demais testemunhas nada esclareceram sobre os fatos.

Em seu interrogatório prestado em juízo, o réu negou a autoria (fls. 110). Disse que confessou o crime destes autos e os demais (dezenas de homicídios) na fase inquisitorial sob tortura.

Prefacialmente, deve-se dizer que não há qualquer excesso de linguagem na decisão de pronúncia.

Na fundamentação da decisão (fls. 118/120), o magistrado destacou, de logo, a finalidade da sentença de pronúncia e a vedação de proceder com maiores incursões sobre o mérito da lide, vez que tal função cabe aos membros do conselho de sentença.

Em seguida, afirmou a existência de prova da materialidade e de indícios suficientes da autoria de forma absolutamente moderada, destacando a importância da prova testemunhal produzida em juízo, inobstante a negativa de autoria levada a efeito pelo réu.

Não vislumbro o excesso de linguagem aludido pelo recorrente pelo fato do magistrado ter afirmado que a culpa restaria "consubstanciada nos testemunhos colhidos em juízo, sendo que algumas testemunhas foram presenciais".

Na verdade, o magistrado afirmou que os depoimentos das testemunhas demonstram os indícios da autoria e não a sua certeza.

Entendo que o MM Juiz a quo utilizou-se dos termos adequados, sem incidir no denominado excesso de linguagem, limitando-se a ressaltar os elementos de convicção necessários para demonstrar a presença dos indícios da autoria, sem que a sua decisão possa influenciar, de qualquer modo, o posicionamento ulterior do Conselho de Sentença, hipótese em que não há que se falar em nulidade da pronúncia.

Assim, tem-se que o magistrado considerou a prova colhida durante a instrução e entendeu presentes os indícios da autoria, sem se afastar dos limites impostos pelo art. 413 do Código de Processo Penal.

Portanto, não há que se falar em excesso de linguagem e tampouco em nulidade da decisão.

O único equívoco da decisão é a afirmação de que há testemunhas presenciais, pois todas elas, ouvidas em juízo, ouviram falar sobre o crime e a autoria sem presenciá-lo.

Inobstante, apesar de não ter havido testemunhas presenciais, entendo que há indícios suficientes da autoria.

A maioria das testemunhas afirmou ter ouvido falar na comunidade ou na cadeia que foi o réu o autor do crime narrado na denúncia.

Não há como ter certeza, mas o medo de represálias, dada a extensa ficha criminal do acusado, pode ter dificultado a apuração dos fatos durante a instrução criminal, embora nenhuma das testemunhas tenha relatado ameaças eventualmente sofridas pelo réu ou por pessoas a ele ligadas.

Ainda assim, pode-se observar que, embora algumas testemunhas tenham afirmado que o réu era "querido" na comunidade, inclusive porque era "matador de ladrão", verifica-se que ele era também temido, tanto que a testemunha Leandro do Nascimento Belo, após dizer que o réu é admirado na comunidade, afirmou que saiu da cidade e só retornou depois que o réu foi preso, porque este pensou que sua companheira estava tendo um relacionamento com a referida testemunha. Além disso, mudou seu depoimento

prestado na fase inquisitorial quando ouvido em juízo. Durante o inquérito, afirmou que ficou sabendo através de uma ligação telefônica que o acusado praticou o homicídio narrado na denúncia, o qual teria sido encomendado por uma pessoa de apelido "Bom e Barato".

Embora tenha modificado o seu depoimento, entendo que o seu primeiro testemunho, aliado a outros elementos de prova, notadamente a confissão levada a efeito pelo réu também na fase inquisitorial e os depoimentos das testemunhas prestados em juízo, que afirmaram terem ouvido dizer que foi o réu o autor do crime, são suficientes para demonstrar a presença de indícios da autoria.

Por todo o exposto, entendo que os depoimentos prestados na delegacia, em confronto com os prestados em juízo, evidenciam a presença de indícios suficientes da autoria em relação ao acusado.

É cediço que, tratando-se de crime de competência do Tribunal do Júri, é este que deverá avaliar a veracidade ou não dos depoimentos prestados nos autos.

É bem verdade que a autoria não é certa, entretanto, há indícios suficientes de que o recorrente participou do crime de homicídio descrito na denúncia e não se pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri. Nesse sentido, veja-se o seguinte aresto no Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DOLOSO. PRONÚNCIA. ALEGADO EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA.

I- A pronúncia é decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, remetendo o caso à apreciação do Tribunal do Júri.

Encerra, portanto, simples juízo de admissibilidade da acusação, não se exigindo a certeza da autoria do crime, mas apenas a existência de indícios suficientes e prova da materialidade, imperando, nessa fase final da formação da culpa, o brocardo *in dubio pro societate*.

II- Não ocorre o vício de excesso de linguagem na pronúncia quando o julgador limita-se a expor seu convencimento a respeito da existência de indícios de autoria, trazendo fundamentação suficiente a afastar possível alegação de inobservância do disposto no art.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

93, inciso IX, da Constituição Federal, ou de fragilidade de elementos probatórios, a atrair, ao caso, um juízo de impronúncia.
III- Agravo Regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1277007/AL, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 08/04/2014)

A sentença de pronúncia, portanto, não merece qualquer reforma, porquanto preencheu os requisitos exigidos pela lei, além de se encontrar devidamente fundamentada.

Diante do exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso.

Recife, 19 de 06 de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator